



A QUESTÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR

Fábio Luiz da Silva¹
Okçana Battini²
Samira Fayeze Kfoury³

RESUMO: Este artigo faz parte das reflexões presentes na condução do projeto de pesquisa: Professor seu lugar é aqui: estudo sobre a formação, trabalho e práticas pedagógicas no contexto escolar. Considerando que a pesquisa tem como objeto central o professor, tornou-se necessário compreender a construção da identidade docente e seu impacto sobre o ensino. Utilizam-se, nesta reflexão, as imagens de emblema e estigma para marcar as opções colocadas diante dos professores. A partir disso, defende-se a importância de compreender-se a identidade como estratégica na conquista de espaço social por parte dos professores e que tal fato é essencial para a melhora na qualidade do ensino.

Palavras-chave: Identidade, professor, ensino, educação.

ABSTRACT: This article is part of the reflections present in the conduction of a research project: Teacher your place is here: study about the formation, work and pedagogical practice in the scholar context. Considering that the research has as central object the teacher, it was necessary to comprehend the building of teachers' identity and its impact over the school. In this reflection are used symbols of emblems and stigmas to mark the options given to the teachers. After this, it's defended the importance of comprehending the identity as strategical in conquering social space by the teachers and it's necessary for a better learning quality.

Key words: Identity, teacher, learning, education.

1. INTRODUÇÃO

Percebemos, quando o assunto pesquisado na internet é *professor*, que uma das respostas mais comuns oferecidas pelo buscador é uma charge bastante difundida na qual uma mesma situação é apresentada em épocas distintas. São dois quadros e em ambos, há um aluno, uma professora e os pais da criança. Em geral, na primeira parte o ano é 1969 e os pais estão questionando a nota baixa do filho dirigindo-se asperamente à criança. No segundo quadro o ano

1 Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor do Programa de Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias da Unopar. Professor do Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Londrina. fls.londrina@yahoo.com.br

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Programa de Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias da Unopar. okibattini@gmail.com

3 Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora do Programa de Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias da Unopar. samira.kfoury@unopar.br



é 2009 e os pais ainda questionam a nota baixa, mas agora se dirigindo com arrogância à professora. A charge demonstra bem como a questão da identidade do professor é um problema que precisa ser enfrentado. Entendemos que a estrutura da charge pode ser percebida como representativa das opções à disposição do professor na sociedade atual: emblema ou estigma. A primeira possui um caráter intuitivamente positivo e a segunda carrega um sentido negativo, mas que em certos casos pode se converter em uma positividade dolorosa.

Os emblemas tiveram grande importância entre séculos XVI e XVII, mas sua lógica era fornecida pela visão de mundo medieval, marcadamente alegórica. Assim, um emblema possuía, em geral, uma frase curta, uma imagem e um texto explicativo (LURKER, 2003). O historiador Carlo Ginzburg (1989) nos oferece um exemplo de 1535 no qual o emblema contém a imagem de Ícaro caindo no mar. A mensagem é simples, não deveríamos nos preocupar com as coisas de Deus, caso contrário as consequências podem ser graves. O sentido do emblema, portanto, é positivo uma vez que pretende ensinar algo de bom.

Foram os gregos que criaram o termo estigma para designar certos sinais com quais se marcavam o corpo daqueles que se pretendia evidenciar. Eram cortes ou queimaduras que demonstravam que o seu portador era um escravo ou criminoso, por exemplo. O mundo cristão passou a utilizar essa palavra para se referir a sinais corporais, feridas, que indicavam a graça divina. A este sentido religioso foi acrescentado um ponto de vista médico que passou a considerar estigma os sinais corporais de algum distúrbio físico (GOFFMAN, 1988). Hoje, essa palavra é utilizada para referir-se àquilo que se deve evitar, pois possuiria algo de mal, sendo, por isso, uma ameaça à sociedade. Refere-se, portanto, a uma identidade deteriorada (MELO, s/d). É nesse sentido negativo que será adotada neste texto, porém, mesmo em sua negatividade, ela permanece com o sentido religioso de sofrimento, dor que indica a graça.

Portanto, uma das questões envolvidas no estudo da condição de ser professor é sua identidade. O que caracteriza o professor oscila entre ser o emblema daquilo com a sociedade sonha e o estigma representativo da incapacidade dessa mesma sociedade em concretizar seus desejos. Entendemos que grande parte da solução está em considerar a identidade como estratégia dos professores na conquista de seu espaço na sociedade.

2. ESTADOS DA IDENTIDADE



Compreendemos que moderna questão da identidade está intimamente relacionada à emergência do individualismo na passagem do período medieval para o moderno. Período que comumente identificamos como Renascimento. Podemos afirmar que foi o individualismo, um dos componentes do humanismo, que colocou a *modernidade* em movimento (HALL, 2006). Essa tendência de valorização do indivíduo intensificou-se com o Iluminismo, a partir do qual o ser humano passou a ser identificado como ser racional e perfectível.

Uma das expressões mais completas da identidade moderna foi construída por Kant em seu texto *O Que é Esclarecimento*. Para o filósofo prussiano, a identidade humana está fundamentada em três proposições. A primeira afirma que todo ser vivo tem a tendência a desenvolver suas disposições em direção a um nível superior. Em nosso caso, esta disposição é a razão. A segunda proposição kantiana esclarece que esse desenvolvimento somente é possível através de gerações, tendo em vista a efemeridade da vida do indivíduo. Isto, claro, tem uma consequência inequívoca para a reflexão pedagógica, uma vez que nossas disposições naturais precisam ser educadas. A terceira proposição acrescenta a liberdade como condição da humanidade (DALBOSCO, 2011). Por isso, para Kant somente aqueles que deixaram a minoridade, ou seja, ousam pensar por si mesmos, podem ser considerados homens. Este é o fundamento de seu conselho: ouse saber. Isto parecia dar solidez à questão da identidade humana, pois era necessário substituir a perspectiva teleológica religiosa por outra, na qual Deus fora substituído pela natureza.

Nem mesmo a crítica marxista ao capitalismo e à sociedade burguesa deixou de considerar esta identidade como algo dado. Na perspectiva de Marx, a identidade é definida pela posição do indivíduo na luta de classes: burgueses ou proletários. Assim, ao contrário do que pensa Hall (2006), o pensamento marxista conta com seres humanos cuja centralidade e solidez identitária poderia garantir a revolução.

Paralelamente, a identidade sempre foi uma questão de Estado. Desde a constituição dos estados nacionais, houve um esforço em garantir uma identidade interna. O nacionalismo foi a expressão mais marcante desse processo durante o século XX. Isto se deve à lógica que determina a existência do estado-nação, segundo a qual o Estado reconhece apenas uma identidade cultural como verdadeira ou, mesmo admitindo outras, considera apenas uma como referência (CUCHE, 1999).

Portanto, é compreensível que uma crise de identidade seja percebida justamente quando três fenômenos nos chamam a atenção. Primeiro, a nossa crença na



racionalidade humana foi colocada à prova face à destruição da natureza e à continuidade da miséria para grande parcela da população. Em segundo lugar, o fim do mundo comunista na década de 80 forçou uma reflexão sobre os postulados do materialismo histórico. Por último, temos o fato irrevogável da globalização que abala nossas crenças nos estados nacionais.

As sementes da crise dessa identidade iluminista, racional e concreta já podiam ser percebidas desde o final do século XIX, quando os estudos antropológicos colocaram em questão a civilização ocidental. Tal processo acentuou-se após as três décadas de prosperidade econômica que se seguiram à segunda guerra mundial. Assim, o que está em crise é “[...] aquele indivíduo abstrato, mestre e dominador da natureza, instaurando o progresso graças à razão” (DUBAR, 2011, p. 179).

Podemos compreender, então, as razões para Bauman nomear esse período de *modernidade líquida*. Caracterizada pela mobilidade e inconstância (2001). Segundo esse autor, a nossa identidade agora estaria mais caracterizada pelo consumo do que pela nossa posição no sistema de trabalho. Mais do que isso, nós mesmos nos tornamos mercadorias: “Consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em vendabilidade [...]” (BAUMAN, 2008, p.75).

Neste mundo, onde as oportunidades surgem e desaparecem rapidamente e todo esforço em prol da nossa segurança se revela frágil, pensar em identidades rígidas e duradouras (BAUMAN, 2005) é perder-se em uma luta inútil. A identidade não é inata – como se existisse desde sempre -, na verdade ela é construída ao longo do tempo; mas sempre estará incompleta. Dependerá das diferentes lutas pelo poder nas quais indivíduos ou grupos se engajam. Em outras palavras, os processos de constituição das identidades dependem das escolhas e negociações entre os diferentes agentes sociais (FONSECA; SILVA JUNIOR, 2007).

Assim, a identidade deve ser entendida como integrada às estratégias de afirmação dos agentes sociais. No entanto, devemos ter em mente que os indivíduos ou grupos não são totalmente livres para definir suas identidades, pois qualquer estratégia nesse sentido deve considerar a situação social e as relações de força. O que resulta em admitir que a identidade é resultante tanto da daquilo que se afirma sobre si mesmo, quanto pela identificação imposta pelos outros (CUCHE, 1999).

Considerando que o produto do trabalho do professor é o *aluno educado*, devemos concordar que há uma especificidade na prática cotidiana do professor e que isto contribui para a construção de sua identidade. Evidentemente, portanto, qualquer análise sobre



esta identidade docente exige reflexões sobre as determinações internas e externas que existem em seu espaço de trabalho.

Objetivando descobrir tais determinações, os estudos sobre a identidade do professor realizados no final da década de 80 privilegiavam a perspectiva da classe social e da própria natureza do trabalho docente. Entre as questões que eram debatidas naquela época, estava a produtividade ou improdutividade do trabalho do professor, pois a resposta a esse problema colocaria o professor na classe trabalhadora ou na classe média. Na década seguinte, alguns estudos acrescentaram as relações de gênero entre os aspectos estudados no esforço de compreender a identidade do professor. Nos anos mais recentes, estudos sobre as relações de poder que podem determinar a identidade do professor passaram a ser publicados (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005).

Podemos concluir que existem múltiplos caminhos para compreender a identidade e o trabalho docente. Mesmo escolhida uma dessas possibilidades de rota, ainda deve-se considerar que são muitos os fatores que interagem entre si na elaboração das representações que os professores fazem de si mesmo e de sua prática, bem como daquelas construídas por outros agentes sociais envolvidos nesse processo, como alunos e familiares. Acredita-se na importância de entendermos a identidade do professor como produto, entre outros determinantes, do esforço dele mesmo em defini-la. Os professores devem, portanto, investir nas lutas de classificação (BOURDIEU, 2000) todo o seu ser social, com o objetivo de se reapropriar de uma identidade que vem sendo definida, cada vez mais, apenas pelos outros agentes sociais.

3. IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA

Entendemos que a identidade do professor, como de outros agentes sociais, somente pode ser compreendida em sua relação com outras identidades, pois ela somente existe “[...] pelo reconhecimento dos outros” (BOURDIEU, 2000, p. 117). Em nosso caso, podemos afirmar que são identidades escolares: a do professor, a dos alunos e a da própria escola. Então, aquilo que podemos chamar de identidade escolar seria a região de contato entre estas três identidades. Os elementos constitutivos dessas identidades são encontrados na cultura onde estes agentes estão inseridos e de onde são retirados os elementos que constituem as fronteiras que definem cada identidade. Uma vez que a “[...] construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas



representações e suas escolhas” (CUCHE, 1999, p. 182), é dentro da cultura que os indivíduos ou grupos devem buscar as representações que forem necessárias para definir suas identidades.

Considerando que a cultura é uma teia de significados que ordenam nossa interpretação do mundo, precisamos compreender as representações que os agentes participantes do espaço escolar possuem uns dos outros. Estas representações são manifestadas nas diversas formas simbólicas que podemos encontrar nas escolas. Evidentemente que tais identidades também são informadas a partir de outros elementos sociais como a mídia e o governo, por exemplo. No entanto, é no espaço escolar que os professores podem manipular de forma estratégica as formas simbólicas de modo a garantir o reconhecimento de sua identidade.

A realidade da escola somente pode mudar se houver mudança na própria identidade dos atores (ALVES-MAZZOTTI, 2007). Devemos lembrar que grande parte das representações que formam a identidade do professor é gerenciada pelo governo através do discurso oficial. Podemos afirmar que a “[...] produção da identidade envolve o Estado, através de seus regulamentos, serviços, encontros políticos, discursos públicos, programas de formação, intervenções nos media, etc.” (LAWN, 2001, p. 118). Desta forma, uma afirmação positiva da identidade dos professores passa, muitas vezes, pela resistência às imposições do Estado, muitas vezes representado pelos membros da universidade. É assim que, nos últimos anos, os professores têm sido responsabilizados pelo fracasso do sistema educacional do país e, é claro, pelos insucessos dos alunos (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005). Trata-se de um discurso que

[...] responsabiliza as professoras e os professores pela incompetência e o fracasso da escola pública brasileira tem sido uma das estratégias discursivas mais produtivas das recentes políticas educacionais oficiais e tem estado no centro das reestruturações educativas que vimos assistindo no país desde a década de 1990. (ANADON; GARCIA, 2004, p.2)

Como as identidades podem funcionar como imposição ou afirmação, temos duas situações possíveis: a hetero-identidade e a auto-identidade. No primeiro caso, a consequência pode ser a estigmatização do grupo dominado (CUCHE, 1999). Esse é o caso dos professores quando passam a representar o fracasso educacional. No extremo, isso pode levar ao desprezo por si mesmo através da interiorização das imagens produzidas pelo grupo dominante, criando uma identidade negativa. Identidade negativa que é, muitas vezes, é difundida pelos



próprios professores que têm como responsabilidade formar os licenciados (GUIMARÃES, 2004).

Compreendendo que as identidades não são dadas definitivamente, como uma espécie de essência, mas construídas a partir das relações com o outro, então é possível fazê-lo de forma consciente, de maneira que a identidade do professor possa contribuir para o ensino de qualidade. O primeiro passo para isso é resistir a internalização das representações impostas por outros agentes sociais, como o Estado e a Academia. Mesmo a mídia colabora com as representações negativas e, portanto, com a estigmatização do professor: “As construções jornalísticas sobre os professores não só desqualificam seus saberes e os modos de produzir seu trabalho como, inúmeras vezes, os associam como a causa da má qualidade da educação” (ZANVETTOR, 2012, p. 40), tal como na charge citada no início deste texto.

O segundo passo, sem o qual nada será possível, é assumir a importância da competência intelectual em sua especialidade. Em outras palavras, o professor deve saber aquilo que ensina, seguindo o sábio conselho kantiano. Esta característica, que aparentemente parece evidente (algumas obviedades precisam ser ditas), tem sido negligenciada pela emergência da tendência de considerar o professor um mero mediador da aprendizagem, em outras palavras a ele caberia a tarefa apenas de apresentar o lugar do conhecimento. A insistência em declarar que o professor não seria mais o transmissor do conhecimento – a partir do equivocado argumento de que tudo está na internet – esvazia, em consequência, a necessidade de o professor saber alguma coisa. A título de exemplo desta postura, transcreve-se um trecho encontrado aleatoriamente na internet:

O mundo está mudando e isso está ocorrendo a uma velocidade sem precedentes na evolução histórica da humanidade. A globalização, o surgimento de novas tecnologias, como o avanço das telecomunicações e da informática, contribuem para que ocorra mudanças, também, na Educação. A interação professor - aluno vem se tornando muito mais dinâmica nos últimos anos. O professor tem deixado de ser um mero transmissor de conhecimentos para ser mais um orientador, um estimulador de todos os processos que levam os alunos a construir seus conceitos, valores, atitudes e habilidades [...] (SANTOS, 2004, s/p)

No entanto, saber aquilo que ensina, apesar de essencial, não basta para transformar o estigma em emblema que seja a representação de sua auto identidade. É preciso que o professor demonstre que sabe, pois é preciso vencer aquilo que Zanvettor conclui depois



de pesquisar a imagem do professor: ele é visto “[...] como um sujeito mal formado e despreparado” (2012, p. 69).

É preciso, porém, estar alerta a um risco nesta proposta de construção da auto-identidade do professor. Em uma sociedade caracterizada pelo consumo (BAUMAN, 2008) e pela velocidade das transformações tecnológicas, é tentadora a opção de deixar-se levar pelo canto sirênico dos instrumentos contemporâneos de comunicação. No afã de garantir a própria existência, não são poucos os professores – muitas vezes impelidos pela própria escola - que transformam a aula em espetáculo. Adota-se, então, a xerox como material de ensino, a apresentação de filmes e o uso de projetores multimídia como recursos didáticos e principalmente considera-se os computadores e, por consequência, o ciberespaço como elementos fundamentais do processo de ensino/aprendizagem (PUCCI; OLIVEIRA, 2007). Não se trata de defender uma espécie de neo-luddismo, mas a afirmação que o ensino e a aprendizagem somente podem ocorrer através da experiência humana.

Por identidade, portanto, não se pode considerar a imutabilidade, (PIMENTA, 2012), mas um processo de construção, historicamente situada. Constata-se por estas questões acima, um alerta pela definição de uma identidade profissional para o professor, significada e significativa, que seja revista em toda a sua estrutura e práticas.

A identidade do professor somente poderá deixar de ser representada como um estigma e passar a ser considerada um emblema se o fundamento de sua atividade, o ensino, for realizado de tal forma que o conhecimento seja fruto de uma relação realmente humana entre professor e aluno. Para isso, é preciso que o professor tenha certeza de que ele tem, sim, o dever de transmitir conhecimento – palavra tantas vezes confundida com a simples informação. Não se trata simplesmente de reproduzir um conjunto de palavras, para isso o aluno não precisa do professor. Não se trata também de reduzir o ensino ao uso de tecnologias cada vez mais espetaculares.

Portanto, a estratégia para garantir uma identidade, mesmo em um mundo fluido como o nosso, passa pela conquista da autonomia intelectual do professor. Situação em que se nega a imposição externa do estigma e afirma-se a condição de emblema livremente escolhido. Assim, a autonomia intelectual é o fundamento da competência docente e essencial na estratégica concretização de um ensino que seja uma experiência de aprendizagem capaz de transformar o estigma de ser professor em um emblema do qual ele possa se orgulhar.



4. REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações da identidade docente: uma contribuição para a formulação de políticas. In: **Ensaio**, v. 15, n. 57, out./dez., 2007, p. 579-594. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n57/a08v5715.pdf> >. Acesso em 01 de junho de 2013.

ANADON, Simone Barreto; GARCIA, Maria Manuela Alves. **Trabalho escolar e docente nos discursos educacionais da revista “Nova Escola”**. Disponível em: < http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/01_28_54_TRABALHO_ESCOLAR_E_DOCENTE_NOS_DISCURSOS_EDUCACIONAIS_D A_REV.pdf >. Acesso em: 24 de maio de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CUCHE, Denys. **A Noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DALBOSCO, Claudio A. **Kant & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DUBAR, Claude. Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. In: **Plural Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. 18.1, p. 175-184, 2011. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/18_1/v18n1_traducao.pdf >. Acesso em: 31 de maio de 2013.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes. Ser professor de história em escolas rurais: identidades em construção. In: **Educação & Linguagem**, a. 1, n. 15, p. 193-226, jan./jun., 2007. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/viewArticle/163> >. Acesso em: 31 de maio de 2013.

GARCIA, Maria Madalena Alves; HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos. As Identidades docentes como fabricação da docência. In: **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr., 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a04v31n1.pdf> >. Acesso em: 25 de maio de 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas: Papirus, 2004.



HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. In: **Currículo Sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/lawn.htm>>. Acesso em: 03 de junho de 2013

LURKER, Manfred. **Dicionário de simbologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MELO, Zélia Maria. **Os estigmas**: a deterioração da identidade social. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos de. O Enfraquecimento da experiência na sala de aula. In: **Pro-posições**, v. 18, n. 1 (52), jan./abr., 2007. Disponível em: <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/52-dossie-puccib_etal.pdf>. Acesso em 07 de junho de 2013.

SANTOS, Elenir Souza. O Professor como mediador no processo ensino-aprendizagem. In: **Revista Gestão Universitária**, n.40, nov., 2004. Disponível em: <http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=185:o-professor-como-mediador-no-processo-ensino-aprendizagem&catid=38:40&Itemid=21>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

ZANVETTOR, Kátia. Imagens do professor no jornalismo: convocar os melhores como processo de desqualificação do magistério. In: SOUZA, Fábio Marques de; GAMA, Angela Patrícia Felipe (orgs.). **Mídia, linguagem e ensino**: diálogos interdisciplinares. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.